

ECONOMIA

Recorde: tempo médio de abertura de empresas no Brasil cai para 23 horas

O tempo médio para a abertura de uma empresa no Brasil caiu para 23 horas ao final do segundo quadrimestre de 2022, ou seja, o período de maio a agosto. Trata-se do menor prazo médio já registrado. O atual patamar corresponde a uma redução de 17 horas em relação ao final do primeiro quadrimestre deste ano.

O Brasil registrou mais de 1,3 milhão de empresas abertas no segundo quadrimestre de 2022, o que corresponde a uma elevação de 2% na comparação com o primeiro quadrimestre do ano. Os dados constam no Painel Mapa de Empresas, divulgados pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia.

O especialista em contabilidade Wilson Pimentel considera que a importância de se reduzir o tempo médio de

abertura de uma empresa no Brasil vai desde a desburocratização nos serviços até a satisfação do empresário, que deseja iniciar as atividades o quanto antes.

“O que leva à redução do tempo de abertura das empresas no Brasil é a implantação de tecnologias pelo governo e contadores, bem como pelos órgãos públicos. Vale salientar que os sistemas estão bem mais sincronizados. A burocracia é um processo natural, até porque o governo precisa ter controles. Mas está cada vez melhor a sistemática de abertura de empresas no país. A cada ano, diminuem os papéis, que são documentos físicos, e permanecem sistemas em plataformas digitais”, destaca.

No mês de julho, o tempo médio de abertura de empresas no país foi reduzido para um dia e duas horas, uma queda de cinco horas na



comparação com o mês imediatamente anterior, quando era de um dia e sete horas.

A empresária Thais Melo tem 22 anos e mora em Brasília. Para ela, a redução é vista como algo positivo, uma vez

que também serve de motivação para abertura de novas empresas, e tornar sonhos reais.

“Até recentemente, em 2018, havia muita burocracia. Levava-se dois meses para

abrir uma empresa, e cerca de nove meses para se conseguir licenças e alvarás. Isso era algo que prendia muito, porque o interessado ficava à mercê disso, criava expectativas sem saber se daria cer-

to ou não. Com isso, muitas pessoas desistiam”, relata.

A redução no tempo médio necessário para se abrir uma empresa é ainda maior quando notada a evolução da série histórica. Quando a comparação é feita com o início de 2019, a diminuição foi de quatro dias e 10 horas.

As informações acerca do tempo médio contemplam o período médio de consulta prévia de viabilidade, assim como o tempo médio de registro da companhia. Vale destacar que o atual tempo médio alcança a meta prevista para ser atingida apenas em dezembro de 2022.

O levantamento aponta, ainda, que o Brasil registrou 1.379.163 empresas abertas no segundo quadrimestre deste ano, o que corresponde a uma elevação de 2% na comparação com o primeiro quadrimestre do ano.

Fonte: Brasil 61

ECONOMIA

Censo 2022 vai ajudar a corrigir repasses do FPM aos municípios

A realização do Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 deve dar fim às reclamações dos gestores municipais que alegam desatualização do número de habitantes. O Tribunal de Contas da União (TCU) usa dados do Censo como base para o cálculo e a publicação anual dos percentuais a que cada cidade tem direito no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O repasse do FPM leva em conta o tamanho populacional de cada município. O IBGE atualiza a estimativa de habitantes de todas as cidades ano a ano, o que diminui a defasagem em relação ao último Censo realizado, em 2010. No entanto, há prefeitos que alegam ter população maior que a contagem oficial e, por isso, recebem menos do que deveriam.

É o caso de Bom Despacho, no Centro de Minas Gerais, como explica o prefeito Bertolino da Costa Neto. “A população pelo IBGE é de um pouco mais de 51 habitantes. Porém, a gente tem certeza que a nossa população deve superar a casa dos 60 mil habitantes, haja vista a quantidade de ligações residenciais tanto de energia quanto de água”, acredita.

Há municípios que tentam garantir na Justiça os repasses adequados do FPM, conforme números mais atualizados.



Com a realização do Censo este ano, ainda em curso, essa polêmica deve diminuir.

Repasse

Enquanto o Censo não sai, as prefeituras continuam recebendo o repasse do FPM de acordo com as estimativas populacionais mais recentes. Nesta quinta-feira (20), os municípios partilham cerca de R\$ 1,25 bilhão. O valor corresponde à transferência do segundo decêndio de outubro e, considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses, é 9,5% maior que o do mesmo período do ano

passado.

Serão destinados cerca de R\$ 310 mil para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com o especialista em Orçamento Público, Cesar Lima, após queda no repasse real transferido às prefeituras no primeiro decêndio de outubro, o FPM voltou a crescer, devido à maior arrecadação da União com o Imposto de Renda.

“Mais uma vez temos o FPM sendo puxado pelo Im-

posto de Renda, que a arrecadação deu em torno de 60% a mais do que no ano passado, apesar da queda na arrecadação do IPI, devido a várias desonerações realizadas pelo governo. O IR sinaliza mais uma vez a recuperação da atividade econômica e do nível de emprego. O crescimento da massa salarial é diretamente proporcional ao Imposto de Renda retido”.

O município de Bom Despacho vai receber cerca de R\$ 396 mil do fundo nesta quinta-feira. O FPM representa cerca de 40% da arrecadação

da cidade. O prefeito Bertolino comenta a importância do aumento da transferência para a prefeitura. “Ele é fundamental para que nós possamos manter as nossas contas em dia, pagando fornecedores, pagando salários, e também para que o município consiga realizar os investimentos em todas as áreas que nós precisamos atuar. Lembrando que a vida do brasileiro acontece no município, não em Brasília”, diz.

FPM: bloqueios

Até a última segunda-feira (17), 38 municípios estavam bloqueados e, por isso, não devem receber o repasse do FPM até regularizarem as pendências, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional.

Confira abaixo quais são as principais causas para que uma prefeitura seja impedida de receber a transferência do Fundo de Participação dos Municípios, segundo a CNM.

- Não pagamento da contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);
- Dívidas com o INSS;
- Débitos com a inscrição da dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Falta de prestação de contas no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops).

Para desbloquear o repasse, o município deve identificar o órgão que determinou o con-

gelamento. Em seguida, deve conhecer o motivo e regularizar a situação. Vale lembrar que a prefeitura não perde definitivamente os recursos bloqueados. Eles apenas ficam congelados enquanto as pendências não são regularizadas.

FPM: o que é?

O FPM é um fundo pelo qual a União repassa, a cada dez dias (por isso o nome “decêndio”), 22,5% do que arrecada com o IR e o IPI aos municípios. A cada mês, portanto, são três transferências, que ocorrem nos dias 10, 20 e 30. Se a data cair no sábado, domingo ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior. O dinheiro das prefeituras é creditado pelo Banco do Brasil.

Os percentuais de participação de cada município são calculados anualmente pelo TCU, de acordo com o número de habitantes de cada cidade e a renda per capita dos estados. Os municípios são divididos em três categorias: capitais, interior e reserva. As capitais dos estados e Brasília recebem 10% do FPM. Os demais municípios brasileiros são considerados de interior, e embolsam 86,4% do fundo. Já os municípios de reserva são aqueles com população superior a 142.633 habitantes e recebem – além da participação como município de interior – uma cota adicional de 3,6%.

Fonte: Brasil 61

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com

■ SANEAMENTO BÁSICO

Setor de saneamento pode ajudar Brasil a criar R\$ 1,5 milhão de empregos até 2033

Estudo divulgado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) revela que o Brasil pode gerar 1,5 milhão de postos de trabalho, caso invista R\$ 893,3 bilhões no setor de saneamento, até 2033. O valor é o necessário para que a universalização do setor seja atingida.

Somente a construção civil terá 5,1% a mais de postos de trabalho até 2033. Na avaliação do diretor executivo da Abcon, Percy Soares Neto, o saneamento tem a capacidade de fazer o Brasil evoluir economicamente, com a expansão de vários setores distintos.

“Isso vai gerar um impacto positivo na saúde das pessoas, vai gerar um impacto positivo

no meio ambiente, pela redução de contaminação nos corpos hídricos, e vai girar a roda da economia. O investimento em saneamento tem impacto positivo sobre o setor da construção, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos. É um setor muito importante no impulso da economia local”, destaca.

Em relação ao setor de sanea-



mento, a expansão deve atingir 39,1%. Ao final do período, o nível total de emprego no país será 0,9% maior, caso a universalização seja alcançada.

Investimento necessário
O estudo da Abcon mostra que o Brasil precisa investir

R\$ 893,3 bilhões para que o país tenha 99% da população com água tratada e 90% com coleta e tratamento de esgoto, até 2033.

A projeção é de que ao menos R\$ 308,1 bilhões precisem ser investidos nos próximos

quatro anos, para que a meta não seja comprometida. Com isso, estima-se que, em 2026, 91% da população brasileira tenha acesso à água tratada e 71% conte com esgotamento sanitário.

Fonte: Brasil 61

■ CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Queda nas taxas de vacinação pode trazer doenças erradicadas de volta

Doenças já erradicadas no Brasil podem voltar a preocupar se as crianças não forem vacinadas. Até o dia 14 de outubro deste ano, a cobertura da vacina contra poliomielite em crianças com menos de 1 ano de idade é de 44,8%. Na faixa etária entre 1 ano e menores de 5, 65% já receberam uma dose de reforço.

“Nós queremos garantir cada vez mais uma cobertura vacinal para mantermos as nossas crianças livres da poliomielite. O Ministério tem feito o seu papel na medida de que adquire as vacinas, distribui as vacinas para todos os estados, distribui a vacina para todos os municípios.”, explica o coordenador de atenção primária à saúde substituto do Distrito Federal, Adriano de Oliveira.

Apesar de a campanha nacional ter terminado no dia 30 de setembro, as vacinas continuam disponíveis em mais de 40 mil salas de vacinação em todo o Brasil. O Ministério da Saúde realizou uma ação de conscientização no Dia Nacional da Vacinação (17), para alertar a população

sobre a importância da vacina no combate a doenças graves.

Segundo Adriano de Oliveira, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) compõe o calendário vacinal com 17 vacinas para crianças, 7 para adolescentes, 5 para adultos e idosos e 3 para gestantes. “Atendemos diversos ciclos de vidas, numa população estimada em 213 milhões de brasileiros, e portanto, a gente tem plena certeza que somos, talvez, um dos maiores programas públicos de vacinação do mundo”, observa.

Além disso, o programa foi responsável pela eliminação da poliomielite, vírus que causa a paralisia infantil. O último caso de pólio registrado no Brasil foi em 1989, na Paraíba. “A região foi certificada como área livre de circulação de pólio, vírus selvagem. E assim continuamos hoje, embora tenhamos um alto risco, não apenas no Brasil, mas em toda a região das Américas, da reintrodução do vírus e por causa da circulação do vírus”, informa o coordenador.

Hoje, existem duas vacinas



disponíveis contra a pólio: a vacina inativada poliomielite (VIP), que é injetável; e a vacina oral poliomielite (VOP). O PNI recomenda a vacinação de crianças a partir de 2 meses

até menores de 5 anos de idade. De acordo com o Calendário Nacional de Vacinação, o esquema vacinal é composto por três doses de VIP, administradas aos 2, 4 e 6 meses de idade, mais

dois reforços com VOP, dos 15 meses aos 4 anos de idade.

Segundo ele, essa distribuição só é eficaz caso os pais levem os filhos para tomar a vacina, “País e responsáveis, façam a

sua parte, protejam suas crianças e adolescentes contra doenças que são absurdamente imunopreveníveis. “Levem a nossa mensagem. É, leve seu filho para vacinar”.

A transmissão da ação contra a poliomielite e multivacinação está disponível no Youtube.

Vacinação contra meningite

No último mês, foi confirmado um surto de meningite no estado de São Paulo, com cinco casos da doença meningocócica do sorogrupo C, a mais frequente no Brasil entre as meningites bacterianas.

De acordo com o Ministério da Saúde, a meningite é considerada uma doença endêmica, e casos de surtos e epidemias ocasionais são esperados. Por isso, o Ministério reforça a importância da vacinação de crianças e adolescentes contra a doença, já que é a forma mais eficaz de evitar a infecção.

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece as sete vacinas recomendadas contra meningite nas salas de vacinação do País.

Fonte: Brasil 61

■ BENEFÍCIOS

Pagamentos da quinta e sexta parcelas dos benefícios Caminhoneiro e Taxista serão antecipados

A CAIXA vai antecipar a quinta e a sexta parcelas do pagamento dos benefícios Caminhoneiro e Taxista. Segundo o banco, o crédito da quinta parcela será realizado no sábado, dia 19 de novembro, e o da sexta parcela ocorrerá no sábado, dia 10 de dezembro.

O acesso aos valores poderá ser realizado pelo aplicativo CAIXA Tem, por meio de compras em supermercados, padarias, farmácias e ou-

tros estabelecimentos com o cartão de débito virtual e QR Code, ou ainda fazer transferências e pagar contas diretamente no aplicativo.

O beneficiário poderá também realizar saques do seu benefício, pelo aplicativo ou nas agências da CAIXA, como explica A vice-presidente de Governo da CAIXA, Tatiana Thomé.

“Pelo próprio [app] CAIXA Tem, ele gera um código e vai para um caixa eletrô-

nico e saca esse recurso. Mas nós temos mais de 4 mil agências da CAIXA disponíveis. É uma outra forma deles acessarem o recurso. Eles podem comparecer a uma agência com um documento válido com foto e realizar o saque dos valores.”

O Benefício Caminhoneiro é destinado a profissionais cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas até 31 de maio de 2022 ou

que fizeram a autodeclaração do Termo de Registro.

Têm direito ao Benefício Taxista, os motoristas de táxi registrados nas prefeituras até 31 de maio de 2022, que sejam titulares de concessão, permissão, licença ou autorização emitida pelo poder público municipal ou distrital.

Os dois programas preveem um auxílio mensal de mil reais até dezembro de 2022.

Mesmo após a liberação do

recurso, os profissionais devem ficar atentos ao critério para utilizar os valores, como ressalta Tatiana Thomé.

TEC./SONORA: vice-presidente de Governo da CAIXA, Tatiana Thomé
“É importante destacar que as contas precisam ser movimentadas até 90 dias depois do crédito, se não o recurso retorna para o Tesouro.”

LOC.: Os motoristas que tiverem dúvidas sobre o pa-

gamento dos benefícios podem ligar para a Central de Atendimento Alô Trabalho, no número 158. As informações sobre o pagamento das parcelas também podem ser consultadas no Atendimento CAIXA ao Cidadão pelo número 111.

Para mais informações sobre o calendário de pagamento dos benefícios Caminhoneiro e Taxista, basta acessar www.caixa.gov.br.

Fonte: Brasil 61

ESTADO DE SP

Estão abertas as inscrições para o Vestibulinho das Etecs

Começou nesta quinta-feira (20/10) o período de inscrição para o processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs). Os interessados em iniciar os estudos no primeiro semestre de 2023, tem até as 15 horas de 18 de novembro para se inscrever, exclusivamente pela internet. O valor da taxa é de R\$ 33. O exame será aplicado em 18 de dezembro, às 8 horas, e terá três horas de duração.

O Vestibulinho oferece mais de 88 mil vagas para todo o Estado de São Paulo para Cursos Técnicos, Ensino Médio Integrado ao Técnico, Ensino Médio em diferentes itinerários formativos, Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS), Especializações Técnicas e vagas remanescentes de segundo módulo.

As vagas para Cursos Técnicos são destinadas às Etecs e Classes Descentralizadas – unidades que funcionam com um ou mais cursos técnicos, sob a administração de uma Etec, por meio de parcerias com as prefeituras do interior e da Capital aulas nos CEUs) e com a Secretaria Estadual da Educação para oferta do Ensino Técnico em salas de escolas estaduais.

Este ano, o processo seletivo vai oferecer duas novas Especializações Técnicas: Análise de Dados para Questões Sociais (20 vagas), na Etec Cepam, e Guia de Turismo Internacional (25 vagas), na Etec Carlos de Campos, ambas as unidades na Capital.

Para os candidatos que não têm acesso a computadores e internet, as Etecs de todo o Estado disponibilizarão os equipamentos para a realização da inscrição. O interessado deve entrar em contato com a unidade para agendar datas e horários disponíveis, antes de ir ao local.

Cursos Técnicos

Do total de vagas oferecidas, 45.628 vagas são para cursos técnicos. Os interessados podem escolher entre mais de 80 opções de cursos, com duração de três ou quatro semestres.

O candidato que deseja concorrer a uma das vagas de Curso Técnico, deve:

- Ter concluído ou estar cursando o Ensino Médio apresentando o Certificado de Conclusão ou a declaração de que está

matriculado a partir da segunda série do Ensino Médio;

- Ter concluído ou estar cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Neste caso, o candidato deve ter o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou a declaração de que está matriculado, a partir do segundo termo da EJA ou dois certificados de aprovação em áreas de estudos da EJA/CE-EJA. Ou ainda o Boletim de Aprovação do Encceja enviado pelo MEC ou o Certificado de aprovação do Encceja em duas áreas de estudos avaliadas;

- Para o candidato que tenha realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), até a edição de 2016, é preciso apresentar o Certificado ou a Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido por órgão competente.

Ensino Médio Integrado ao Técnico

Nesta opção de formação profissional o processo seletivo disponibiliza 37.939 vagas, incluindo os períodos da manhã, tarde, noite e integral. Os interessados podem escolher entre 66 opções de cursos integrados.

Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS)

A modalidade AMS permite que o estudante conclua o Ensino Médio, Técnico e Superior em um período de cinco anos. As 1.306 vagas estão disponíveis em 27 unidades do Estado.

Ensino Médio com itinerários formativos

São ofertadas 2.650 vagas para o Ensino Médio com Itinerários formativos em: Línguas e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias.

O requisito para ingresso nos diversos formatos do Ensino Médio é que o candidato tenha o certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou a Declaração de Conclusão, assinada por agente escolar da escola de origem, ou ainda o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

Especializações Técnicas de Nível Médio

Nesta modalidade, o Vesti-



bulinho das Etecs oferece 845 vagas, sendo 365 para dez opções de cursos presenciais. Para o formato de Ensino a Distância (EaD), são 480 vagas destinadas aos cursos de Especialização Técnica em Gestão de Projetos.

Para concorrer nesta opção, nos cursos presenciais, é preciso ter cursado integralmente e concluído, até 31 de janeiro de 2023, o Ensino Técnico associado ao Curso de Especialização pretendido, conforme relação disponível na internet. Para concorrer a uma vaga do curso online, o candidato deve ter cursado integralmente qualquer curso Técnico ou Superior, até o último dia de janeiro.

Vagas remanescentes de segundo módulo

As vagas remanescentes de segundo módulo estão disponíveis para a relação traz doze cursos: Administração, Contabilidade, Desenvolvimento de Sistemas, Eletrônica, Eletroeletrônica, Eletrotécnica, Guia de Turismo, Informática para Internet, Logística, Mecânica, Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.

Para concorrer a uma vaga o interessado deve estar cursando o terceiro ano do Ensino Médio, ou concluído a série, e comprove experiência profissional na área do curso, por

meio de avaliação e certificação de competências referentes ao primeiro módulo.

Inscrições

Para efetivar a inscrição o candidato deve preencher a ficha disponível no menu “Área do candidato”. Após o preenchimento das informações, é preciso imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de R\$ 33. O valor deve ser pago em dinheiro em qualquer agência bancária ou via internet, por meio de aplicativo bancário ou ainda por meio da ferramenta getnet disponível no site oficial do processo seletivo, com cartão de crédito, até o dia 18 de novembro, às 15 horas. O preenchimento dos dados é de responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, quando menor de 16 anos.

Mais informações sobre o preenchimento da ficha de inscrição e documentação necessária, podem ser conferidas na Portaria do Vestibulinho e no Manual do Candidato, disponíveis na internet.

Inclusão

O candidato com deficiência, que necessite de condições especiais para realizar a prova, deverá indicá-la na Ficha de Inscrição eletrônica e, também, encaminhar o laudo médico, emitido por especialista, descrevendo o tipo e o grau da

necessidade, através de link específico na ficha disponível no site, impreterivelmente, até as 15 horas do dia 18 de novembro.

O candidato transgênero que desejar ser tratado pelo nome social, deverá informá-lo no ato da inscrição, no campo específico para tal, sem abreviações. Caso não seja informado o nome social no ato da inscrição, não será possível solicitar a inclusão posteriormente. Também é preciso enviar durante o período de inscrição, via upload, imagem do RG (frente e verso) e uma foto 3×4 recente.

O Sistema de Pontuação Acrescida do Centro Paula Souza concede acréscimo de pontos à nota final obtida no exame para os candidatos aos Cursos Técnicos e Ensino Médio em seus diversos formatos, sendo 3% a estudantes afrodescendentes e 10% a quem tenha estudado, integralmente, da quinta a oitava série ou do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, na rede pública. Se o candidato estiver nas duas situações, recebe 13% de bônus.

Cabe ao candidato verificar na portaria se tem direito à pontuação acrescida, porque a matrícula não poderá ser realizada e a vaga será perdida se as informações não atenderem às

condições estabelecidas em sua totalidade.

Calendário do Vestibulinho

Confira as próximas datas do processo seletivo das Etecs:

- 20 de outubro a 18 de novembro – até as 15 horas: período de inscrição para o Vestibulinho das Etecs;
- 31 de outubro – a partir das 15 horas: resultado do pedido de redução da taxa;
- 1º e 2 de novembro: pedido de recurso para o resultado da redução da taxa de inscrição;
- 7 de novembro – a partir das 15 horas: resultado do recurso para o pedido de redução da taxa de inscrição;
- 7 de novembro a 18 de novembro – até as 15 horas: período de inscrição para quem solicitou a redução da taxa de inscrição;
- 15 de dezembro: divulgação dos locais de prova;
- 18 de dezembro – às 8 horas: Aplicação da prova presencial.
- 22 de dezembro – a partir das 15 horas: divulgação do gabarito oficial.
- 28 de dezembro – a partir das 15 horas: divulgação da classificação geral e convocação para provas de aptidão.
- 03 e 04 de janeiro: Prova de aptidão para os cursos de Canto, Dança, Regência e Teatro.

INTERNACIONAL

Brasil e Argentina fecham parceria para intercâmbio de boas práticas em saneamento básico

Um acordo de cooperação entre Brasil e Argentina vai contribuir com o setor de saneamento básico dos dois países nos próximos meses. Durante a 6ª Conferência Latinoamericana de Saneamento (LatinoSan), realizada na última semana, em Cochabamba, na Bolívia, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) formalizou a parceria com Ministério de Obras Públicas da Argentina.

O documento, assinado pelo secretário nacional de Sanea-

mento do MDR, Pedro Maranhão, e pelo subsecretário de Planejamento e Gestão Operativa de Projetos Hídricos da Secretaria de Infraestrutura e Política Hídrica da Argentina, Fernando Zarate, prevê, inicialmente, visitas técnicas para o levantamento de boas práticas no setor.

Segundo Maranhão, o país vizinho se interessou na forma como são implementadas políticas públicas de água e esgoto nas comunidades em situação

de vulnerabilidade, além da inovação na regionalização dos serviços de saneamento, implementada pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

“A primeira visita dos argentinos está prevista para novembro, em comunidades do Rio de Janeiro. Eles estão muito interessados na forma como estamos conduzindo o Novo Marco Regulatório do Saneamento com as populações vulneráveis, além da questão da regionaliza-



ção do menor ao maior município. Posteriormente, iremos

a Buenos Aires para entender a operacionalização de água e

esgoto na Argentina”, detalhou. Fonte: Brasil 61